



REDATOR PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — Carlos Maria Coelho

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL
Endereço telegráfico: Talha — Lisboa — Telefone 5339
Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATAHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

UMA ESCANDALOSA PEPINEIRA

O famoso contracto dos 50 milhões de dólares não passou de um autêntico "vigarismo" em que foram comidos os governos e o "grande estadista" dr. sr. Afonso Costa

Sensacional — upa! upa! — piramidal foi a sessão de ontem na câmara dos deputados. Realizou-se a anunciada interpelação do deputado sr. Cunha Leal acerca do decaído contrato de empréstimo de 50 milhões de dólares, que, segundo sanfonaram as gazetas que armam a popularidade, vinha para al melhorar o câmbio, embaratecer a vida, encher-nos de felicidade, emfim. O *Século* chegou a publicar a assinatura do contrato e o *Mundo* a entoar cânticos de glória ao grande estadista dr. Afonso Costa, a cuja inteligência e patriotismo ficávamos devendo mais esse relevante serviço. Como, porém, apesar de assinado o contrato, as massas nunca chegassem, já factos de esperar que da América chegasse o tio com os 50 milhões de dólares, começaram a circular os boatos de que o tal contrato era uma cantiga e vá de exigir do governo, então prosido pelo sr. Barros Queiroz, que pusesse tudo em pratos limpos.

Como os boatos — como sucede sempre — eram verdadeiros, o sr. Barros Queiroz, nas melhores intenções, queremos crer, recusou-se a falar no assunto, esforçando-se por ocultar o caso. Mas, claro está, sobre um caso desta natureza o silêncio não poderia persistir por muito tempo. E assim, ontem, o sr. ministro das finanças resolveu explicar à câmara tudo quanto se tem passado com o caso do contrato dos 50 milhões, e que passamos a resumir:

Uns cavalheiros muito conhecidos no meio das «nossas forças vivas», de nomes Pedro Araújo, Manuel Noronha, Melo e Sousa, Castro Guimarães, Alves Diniz e Nogueira Pinto, constituindo o con-

selho de administração do Crédito Internacional de Anvers, organizado em 20 de Março de 1921, com sede em Antuérpia, e de quem eram aqui representantes o Banco Comercial de Lisboa e Porto, o Banco de Lisboa e Açores, a casa bancária portuguesa Pedro Araújo e a Companhia Mercantil Internacional, fizeram em Paris, ao «grande estadista» dr. Afonso Costa, uma proposta de abertura de um empréstimo feito por um grupo financeiro americano ao governo português.

Apressou-se o «grande estadista» a comunicar a proposta ao governo, respondendo-lhe o então ministro das finanças, sr. António Maria da Silva, que negociasse o empréstimo, e dando-lhe o seu sucessor, sr. Barros Queiroz, todos os poderes para realizar as negociações. Começou então a troca de correspondência, para se assentarem nas condições do contrato, com um cavalheiro de nome Jefferson Williams, que em Paris se encontrava como representante do grupo americano que havia de fazer o empréstimo, até que se chegou à assinatura de um contrato provisório.

Quando, porém, chegou o momento de efectivar esse contrato, lembrou-se o governo de procurar informações sobre a idoneidade do sr. Jefferson Williams, vindo só então a apurar que o tal sr. Williams era uma pessoa inventada, que não representava nenhum grupo financeiro, parecendo tratar-se de um conhecido cavalheiro de indústria e que, em suma, a proposta do crédito ao governo português era, pois, uma falsidade!

O famoso contracto foi, pois, uma refinadíssima burla em que

o Estado foi vigarizado. Mas quem foram os burlões, os vigaristas? O «grande estadista» não foi — afirmou-o ontem a câmara em peso quando um deputado monárquico imputava uma parte da responsabilidade ao sr. Afonso Costa. Os responsáveis, os autores deste abuso de confiança, na opinião unânime da câmara, os representantes do Crédito Internacional de Anvers que negociava directamente com o tal Williams sem inquirir da sua idoneidade. O governo português só tratou directamente com o Crédito cujos representantes em Portugal são pessoas — na opinião da câmara — da máxima respeitabilidade (!) e para prestígio do Estado, a câmara resolveu chamar aquelas «respeitáveis» criaturas, acreditadíssimas na nossa praça, à barra dos tribunais por terem vigarizado o Estado. Mas com que fim? — perguntarão os leitores. Para que uma história tão complicada? A manha tentaremos explicar os fins de toda esta invenção, desta escandalosíssima especulação em que o «grande estadista» não comen — juram os seus correligionários — mas em que foi comido apesar de toda a sua extraordinária esperteza.

O idolo vai assim desfazendo-se. Gozava a fama de teso, de corajoso, mas um dia ouviu o desparto do disjuntor dum eléctrico, tomado de pavor, atirou-se pela portinhola fora, e lá se foram os créditos de homem teso e corajoso. Com o conto do vigário do contracto dos 50 milhões com que se deixou embarrilar, como qualquer saloio recomeçado ao Terreiro do Paço, o idolo perdeu o crédito de homem de extraordinário talento.

cas, e de se querer ou não tentar, em dadas ocasiões, um movimento revolucionário.

(Da *Umanitá Nova*, de 3 de Setembro).

Imprensa revolucionária

Recebemos de Montevideo, Uruguai, o jornal «Sursum» que se propõe explicar e divulgar, naquele país, os ideais anarquistas.

Os socialistas Italianos e Moscú

Resposta de Serrati ao terceiro congresso

A Terceira Internacional, depois de ter excluído do seu seio o partido socialista italiano, — a não ser que este aceitasse a expulsão dos reformistas de Reggio Emilia —, dirigiu um apelo ao proletariado italiano, convidando-o a abandonar esse partido e a ingressar no partido comunista.

A este apelo respondeu Serrati, procurando refutar as acusações feitas por Moscú.

Os comunistas e a ocupação das fábricas

As massas italianas sabem muito bem, disse Serrati, que, quando se quiz estabelecer o movimento de ocupação das fábricas, certos elementos reformistas da fracção de Reggio Emilia foram pela extensão, enquanto outros da fracção dos «puros», como Tasci, foram pela sua limitação.

O proletariado quer a verdade

Moscú oculta a verdade ao proletariado, afirmou Serrati, citando um exemplo das mentiras comunistas. Quando Lênin escreveu em Novembro de 1920 aos italianos, dizendo que no caso da vitória do proletariado a Rússia enviaria socorros à Itália vermelha, mentiu, porque nem para si própria tinha ele transportes além de que os camponeses nessa ocasião se recusavam a entregar o trigo às autoridades bolchevistas.

Todos os trabalhadores que se mostram refractários ou indiferentes a ingressar no exército dos associados, convêm-se em inconscientes e docéis instrumentos dos burgueses contra os seus próprios irmãos.

DE BOM HUMOR

Ali à Ribeira Velha, às 5 da tarde e num dos últimos dias, fez-se um grande ajuntamento de gente.

Fôra o caso que um garotinho andrajoso e descalço, duns seis a sete anos, rroubára um bacalhau maior do que ele, num armazém do sítio.

Como sempre sucede ao dar-se os grandes rroubos desta natureza, compareceu a polícia, representada pelo clívico que girava perto.

Apareceu também a mãe do gogutinho e lá se encontrou no ajuntamento o gordo armazenista roubado que eu vi apolpético e transbordante de cólera contra o *criminoso*, colhido em flagrante porque ele, armazenista, sendo por força um dos mais honrados comerciantes da nossa praça, nunca teve falência aberta no Tribunal do Comércio, nunca, de certeza, roubou nada a ninguém, nunca vendeu bacalhau podre e impróprio para consumo e nunca deixou de pagar em dia as letras do seu aceite e as contas do seu armazém.

Ferviam comentários acerbos e apóstrofes tremendas contra o ladrão do bacalhau do armazenista honrado que também paga, em dia, as suas pezzadas contribuições ao Estado.

Podia lá desculpar-se uma infâmia daquelas, um roubo assim, praticado em plena rua, em pleno dia, em plena civilização numa cidade ordeira, civilizada e pacífica como é Lisboa, com a agravante de ser praticado nas barbas da autoridade e ainda com a agravante da premeditação.

Sim, porque o atrevido e audacioso gogutinho, sem dúvida um bolchevista terrível, um inimigo provado da sociedade que nunca lhe fez mal nem roubou coisa alguma, não podia ter deixado de premeditar aquele seu crime pagando assim à dita sociedade e com a sua negra ingratidão os benefícios que tem recebido da mesma sociedade.

Eu não sei em que ficou tudo aquilo porque fugi horrorizado dum tamanho premeditação no crime e para resistir ao m. u. desejo de fazer logo ali justiça p. r. minhas mãos, depurando aquele patife pelo gogutinho no mais próximo candieiro e com o auxílio dum boa corda emprestada pelo honrado armazenista.

Em casos destes era assim que devia fazer-se justiça rectilínea e sumária para desagravo da sociedade ofendida.

Lei de Linch é que estes casos e outros idênticos estão reclamando.

Que grande malandro!

Que grande ladrão!

Roubar um bacalhau, só pelo prazer de roubar, de fazer mal, podendo assim arruinar até à falência o armazenista roubado que nunca roubou cinco réis a ninguém, nem nada!

Um bacalhau que era quasi do tamanho dum baleia velha e que devia pesar nada menos de metade de meio quilo.

Cesteiro que faz um cesto, faz um cento.

Atroz do primeiro bacalhau iria o segundo e assim por diante.

Quem sabe mesmo quantos bacalhau já o grande canalha teria roubado, até ali, aquele pobre e honrado comerciante.

E essas mãos desatratadas que deixam andar seus filhos e filhas pela rua, a perder-se, passando o dia inteiro nas bichas divertidas do commissariado dos abastecimentos e nas bicas, a dar à língua e ao chinelo por serem malvadas, entretendo-se a catar o piolho umas às outras numa ociosidade de senhoras novas-ricas, quando podiam muito bem ter seus filhos bem comidos e bebidos, lavados, desencaricados, enroupados e entregues ao bom cuidado das criadas e amas de seio e aos folguedos infantis nas suas salas luxuosas, nos seus parques e jardins, no patriarcal e tépido conforto das suas casas onde não falta na do que concorre para a alegria e para a felicidade humana no seio tranquilo e carinhoso da família...

Degeneradas creaturas!

São elas que teem a culpa dos crimes praticados pelos filhos, aos quais deviam ensinar que nunca se deve roubar, a não ser de lava calçada, no rigor da moda e pelo menos de vinte e trinta contos para cima para que não falte o que é preciso para abrandar a justiça, no caso de algum aperto.

Agora um bacalhau, um pão, um cacho de uvas a pretexto de matar a fome isso é uma porcaria de tal ordem que revolta as pedras da calçada e os corações mais bem formados; um crime de tal natureza que reclama a justiça sumária e rectilínea dum barão ao pisco do ladrão, ali num candieiro, para castigo de quem rouba nessas miseráveis condições e para exemplo dos gogutinhos de pé descalço — e tenacidade, com a roupa a cobrir-lhes aos pedacinhos e o ventre cheio de vazios.

J. B.

O princípio da Associação é a arma mais útil que os trabalhadores podem esgrimir para se defenderem das violências e injustiças dos seus exploradores. Somente a Associação devem confiar as suas reivindicações.

O encalhe do "Almanzora"

Continua encalhado no Cabo Espichel o paquete inglês «Almanzora», da Mala Real Inglesa.

Todos os esforços empregados para a sua salvação teem resultado improficuos.

Procede-se ao desembarque dos passageiros do «Almanzora», que são numa totalidade aproximada de 300, procedentes de vários portos.

Operários!

Só com uma sólida organização sindicalista, podeis melhorar a vossa situação económica

O crime do Limoeiro

O funeral da vítima foi muito concorrido

O agente que prendeu o infeliz foi espancado pela multidão

Com grande concorrência saiu ontem da morgue o funeral do preso Gervásio António Lopes, de 56 anos, solteiro, condutor reformado da Companhia Carris de Ferro, que há dias conforme alindimos faleceu na enfermaria da cadeia do Limoeiro.

Momentos antes de sair o funeral houve grande borborinho no largo fronte ao Instituto de Medicina Legal, pois que algumas pessoas de família do morto descobriam que perto do edifício se encontrava o agente de polícia da segurança do Estado, que em tempos prendeu o infeliz Gervásio, não tardando que se lançassem a ele e o agredissem a soco e pontapé sendo por último agredido com uma pedrada nas costas.

O agente puxou pela pistola que se não disparou por se ter encravado, dando isto ocasião a que depois de perseguido fosse apanhado e soavado novamente.

Depois deste incidente, pelas 15,30, saiu o funeral com enorme acompanhamento de empregados da Carris e componentes de outras classes que assim se quiseram associar ao protesto contra a bárbara atrocidade.

O funeral seguiu pelo seguinte itinerário:

S. Lázaro, rua da Palma, Arco Marquês de Alegrete, onde passou defronte do Sindicato Ferroviário, que se encontrava com a bandeira a meia haste, sendo depois dos cumprimentos do costume, também encorporada a bandeira deste sindicato.

Continuando em marcha pela rua dos Fanqueiros, foi passar defronte do Limoeiro e como nessa ocasião os presos do Grupo B cumprimentassem o funeral com lenços, foi o bastante para que a guarda republicana de armas na mão não permitisse qualquer paragem, e o ferrete seguiu direito à Charca, Arroios e Alto de S. João, onde foram organizados vários turnos.

Fizeram-se representar as seguintes entidades:

Ferroviários da C. P., Arsenal de Marinha, Comissão de Melhoramentos do mesmo sindicato;

Pessoal do Depósito de Fardamentos;

Conselho Técnico das obras da Mourgue;

Federação da Indústria do Mobiliário;

Sindicato Unico Mobiliário, etc.

Junto ao coval fizeram uso da palavra as camaradas Armando Martins e Joaquim da Costa.

Uma comissão do pessoal da Carris tem continuado a procurar o ministro da justiça para tratar do bárbaro caso para que não fique impune, mas não lhe tem sido possível falar com aquela entidade.

UMA ARBITRARIEDADE

A autoridade proibiu a assembleia geral do Pessoal Menor das Secretarias do Estado

Para ontem estava convocada a assembleia geral da Associação do Pessoal Menor das Secretarias do Estado e suas dependências, para tratar de assuntos de carácter corporativo.

A hora de começar a assembleia, um agente da polícia de informação, alegando ordens superiores, proibiu-a. Uma comissão foi procurar o governador civil, mas na repartição respectiva foi-lhe dito que aquela entidade se encontrava em Sintra e os secretários também não estavam presentes. Dirigiu-se depois a comissão ao commissário da polícia e este respondeu que o caso era das atribuições do governador civil.

Não se realizou, pois, a assembleia geral, porque nesta república a liberdade de reunião, garantida pela constituição respectiva, só é permitida quando muito bem entendem as autoridades que obrigam aos outros a cumprir as leis.

Continuamos, portanto, a viver num regime de arbitrio e as ordens de qualquer cabo de esquadra.

Acaba de aparecer

A *Novela Vermelha*

COMPRAI

Impossível

redenção

POR

Augusto Machado

Em todas as livrarias, tabacarias, e na administração de

A BATAHA

NA CORDA BAMBÁ

Ser ou não ser — eis a questão

O nosso amigo Rates ficou mal humorado com as apreciações que o nosso bom humor a seu respeito ditou e, tendo respondido-nos, dirigiu-nos a carta que a seguir publicamos:

Sr. Redactor de «A Bataha» — O vosso número de hoje, mal humorado, comigo, por considerações sobre a minha entrevista publicada em «A Monarquia», de 6 do corrente.

Passando em claro a afirmação gratuita de que já fui colectivista — e dou uma tanga nova de bom riscado ao articulista que tal «e»verou se conseguiu demonstrar a verdade das suas afirmações — estado que a Bataha, uma vez mais, exteriorizando o horror às responsabilidades, mal de que enferma a maior parte dos militantes da organização operária, não se atreveu a refutar a acusação fundamental que aqui se faz a C. G. T., isto é, que a C. G. T. se afirma simultaneamente comunista-anarquista e neutra em matéria política e filosófica. Era um ponto de doutrina de conveniente discussão. E foi isto precisamente que não interessou a Bataha. Quer dizer, logo-se à discussão dos princípios e prefere-se a discussão de pessoas.

A Bataha não tem que estranhar o que eu disse em «A Monarquia», porque o mesmo já havia dito no artigo «As nossas mentiras», aqui publicado, e menos ainda tinha o direito de meter os pés pelas mãos, mentando cavilosamente, quando insinuava que a defesa da revolução, insinuando, pois como se pode ver da leitura dos artigos em «A Bataha» publicados ainda há pouco — «O Sindicalismo opo a governar e a nossa revolução não fará a imediata felicidade do povo, e precisamente o contrario que se deve concluir».

O amigo Rates tem sempre a coragem moral para afirmar o que pensa, numa permanente rebeldia contra todas as correntes partidárias que lhe queiram impor. Que o saibam todos.

Pela publicação atenta e obrigada — J. Carlos Rates, sindicalista da Associação dos Trabalhadores da Imprensa.

Ora, digam-nos lá os leitores quem é que está de mau humor, nós ou Carlos Rates?

De bom humor, na carta de Rates, só se aproveitava aquela parte em que ele oferecia ao jornalista «uma tanga nova de bom riscado» quando este demonstrava que ele foi colectivista.

O jornalista não recusa o bom riscado (o bom riscado agora é, além de raro, caríssimo), e dá-se por feliz pelo facto de Rates amigo não lhe oferecer algumas salchichas que, sendo em regra podres e mal preparadas, o poderiam envenenar. Aceitando, pois, a oferta lembra ao amigo Rates aquela fase da sua propaganda, após o Congresso de Tomar, e pergunta a quem o soube ouvir se de facto essa fase não revelava, da parte do gentil ofertante, uma boa dose de colectivismo.

A Bataha, amigo Rates, não mentiu cavilosamente, nem meteu os pés pelas mãos. Isso de meter os pés pelas mãos sucede geralmente com os ginastas das ideias que, pulando aqui, saltando acolá, arrancam frenéticos aplausos ao público que os goza. Não, amigo Rates, não metemos os pés pelas mãos. Pare-

Estavam os arranjos... Mas... não percamos mais tempo. O amigo Rates não nos disse na sua carta o que era, quem era e para onde ia... Irá por aí, ao acaso?

Afinal o que é o amigo Rates? Pode mandar a tanga...

O momento internacional

NA INGLATERRA

Acâmara municipal de Poplar nega-se a pagar as contribuições

Poplar é um distrito pobre, que, comparado com alguns arrabaldes de Londres, paga impostos muito elevados e por isso a sua vereação municipal protestou contra a desigualdade das contribuições locais.

A Câmara de Londres procedeu então contra ela, intimando-a a que pagasse esses tributos, e como aquela se recusasse a fazê-lo, foi ordenada a prisão de todos os vereadores, entre os quais se encontram algumas senhoras.

Estão já presos muitos — contando-se nesse número Jorge Lansbury, editor do *Daily Herald* — que tem sido tratados como criminosos de direito comum.

NA AMÉRICA DO NORTE

Continua a agitação entre os mineiros do estado de Virgínia

Toma incremento a agitação mineira na Virgínia. Teem sido enviadas importantes forças para o condado de Logan.

Nos recontros entre a polícia e os mineiros, já foram mortos trinta destes últimos.

Até agora não há indícios que os mineiros estejam dispostos a dispersar e a aceitar o ultimatum do presidente Harding.

NA ÍNDIA

Ataques e incêndios

Os rebeldes índios teem ultimamente incendiado e saqueado numerosos estabelecimentos de bebidas.

Na região de Poennani só depois de quarenta e cinco assaltos conseguiram tomar posse dum estabelecimento, que se tinha preparado para uma defesa em forma.

Os «mophals» realizaram em Tirunelveli

Congresso dos empregados no comércio

Realiza-se em Vizeu nos dias 18, 19 e 20 do corrente

Em nos dias 18, 19 e 20 do corrente que se efectua em Vizeu o VII Congresso dos empregados do comércio.

Para esta reunião magna dos caixeiros de Portugal estão já inscritos perto de 50 delegados representantes dos sindicatos aderentes à sua Federação.

Neste Congresso, além dos relatórios das Juntas Executivas, discutir-se-ão as seguintes teses: «Os Caixeiros e o

Cooperativismo», «Deficiência de organização: Meios de a combater», «Desemprego», «Nova estrutura de organização», «O movimento Cooperativista e os empregados no comércio», «As classes trabalhadoras e os tribunais de Arbitros-Avindores», «Assistência aos empregados no comércio» e «Defesa dos marcanos».

U. S. O.

Comissão Administrativa

Reine hoje, pelas 21 horas, a comissão administrativa para prosseguimento dos trabalhos da última reunião, reunindo conjuntamente a comissão que trata da questão das águas para ultimar os seus trabalhos

A indústria de alfaiataria

O sindicato dos operários alfaiates responde a uma entrevista concedida por alguns industriais a um jornal da manhã

Das corporações gerentes do sindicato dos alfaiates, camadas alfaiates recebemos o seguinte:

Alguém, certamente no intuito de nos dar a conhecer a existência da seção dos industriais de alfaiataria, enviou-nos pelo correio um exemplar do jornal *A Democracia* de 28 de Agosto p. p., o qual na sua segunda página inseria uma entrevista concedida por alguns industriais de alfaiataria, tendo o indivíduo que nos enviou o jornal o cuidado de ornar essa entrevista a lápis azul, para melhor nos despertar a atenção.

Revidamos os corpos gerentes do nosso sindicato, no dia 6 do corrente, resolveu-se que se respondesse a essa entrevista em *A Batalha* por ser este o órgão do operariado na imprensa, mas que se respondesse não para destruir esse relato dos industriais aporvados — tam paupérrimo éle — mas com o intuito de afirmarmos que existimos ainda como classe organizada e que esta não se deixou de todo a sombra dos loiros colhidos na última greve, que provocou a organização da seção dos industriais de alfaiataria, ainda em embrião. Consequentemente a classe vela e está para todas as eventualidades a postos, no seu devido lugar.

Mas vamos ao *interview* de *A Democracia*, onde a direção da seção dos industriais de alfaiataria, pela boca do industrial José de Azevedo nos diz, logo de começo, «que da falta de acordos até aqui existente em resultado prejudicial dos quais vão sendo vítimas não só os industriais como até os próprios operários, urgindo, portanto, que entre uns e outros se estabeleça uma corrente de mútuo entendimento que conduza a arte a que me honro de pertencer, ao lugar que de direito deve ocupar».

A organização patronal é orientada por técnicos que não são técnicos

Com referência à falta de acordo, refere-se o entrevistado, como não podia deixar de ser, aos industriais que, agitados no mercantilismo, aos seus negócios, não lhes sobra o tempo para tratar da sua organização patronal, porque certamente ocupam muito o tempo ditado que diz que o tempo é oiro.

O entrevistado que o industrial José de Azevedo pretende, entre industriais e operários, é impossível e não vemos que os operários alfaiates possam concorrer para um mútuo acordo de molde a conduzir a arte — a que éle diz orgulhar-se de pertencer — ao lugar que de direito deve ocupar pela razão simples desse mesmo senhor não ser profissional de alfaiataria, pois que deste ofício nada percebe, a não ser que o facto de vender o que nós manufacturamos seja o bastante para se poder jactar de componente da indústria e não de simples sócio da Associação dos Lojistas.

Já a seção dos industriais de alfaiataria não devia funcionar como seção da Associação dos Lojistas, mas sim uma associação industrial, porquanto, lojistas são aqueles que fazem comércio, ao passo que os industriais profissionais são técnicos, e como tal não devem estar onde não se representam a indústria alguma.

Succede até na indústria de alfaiataria os patrões que não percebem do ofício são precisamente os técnicos, naturalmente por conhecerem os sacrifícios e os esforços que exige o exercício da nossa profissão, cedem em geral mais facilmente.

Tivesse a classe dos operários alfaiates outra vitalidade que os industriais lojistas não medrariam como até aqui, mas, enfim, deve dar-se tempo ao tempo...

Os industriais de alfaiataria vão formar escolas profissionais que vendem os «monos» regatados

E a entrevista continua, dizendo o sr. José de Azevedo, lojista de alfaiataria, «que o operário faz-se à custa de sacrifícios, perdendo uma parte da sua vida em aprendizagem, quando só uma verdadeira vocação espontânea consegue fazer dele um mestre da sua arte. Com a criação das escolas que pretendemos fundar, conseguir-se-á transformar rapidamente os bons aprendizes em bons operários e estes em mestres competentes».

Nesta altura da entrevista, entra o conselho do senhor Dionísio dos Santos, secretário da seção dos industriais de

A BATALHA

Prisão de quatro jovens comunistas — O chefe da P. S. E. assustado

PORTO, 6 — A polícia anda em maré de sustos, ora sonhando com revoluções políticas, dos que estão fora do jogo, ora sonhando, ora farejando assaltos às casas bancárias ameaçadas de insurreição social.

Desta vez, porém, quem mais se assustou, supondo ver tudo já pelos ares, mercê dum terrível convulsão bolchevista, foi o chefe da P. S. E., o ex.º capitão sr. Casimiro, que ocupou o digno lugar do inesquecível sr. Vieira Marques.

Pois o sr. capitão, quando ontem, pela meia noite, desceu a rua Passos Manuel, lobrigou, argumentando, que uns jovens comunistas — nessa altura ainda não sabia que eram jovens comunistas — distribuíam uns manifestos e afixavam uns cartazes pelas paredes que, por sinal, eram em francês.

Mistério, já se vê... E o bom do P. S. E. mór, que está aqui para manter a ordem das instituições e dos vicininhos dela, não se pode conter e foi solettar o francês e o manifesto. Falavam em revolução social imediata, atacavam a burguesia, censuravam os ladrões do povo logo, portanto, eram subversivos, nada tendo que ver que eles trouxessem hipografia e fossem legítimos. Pareceu-lhe ver Troia, as torres a cair, bombas a estalar por todos os lados, e edifícios a desabarem e exploradores do suor alheio a serem corridos à lapada.

Enchendo-se de energia, não fez como o seu colega Combroune, dirigindo aquela massa às faces da sociedade, de que tam solitariamente é defensor, mas mandou prender estes quatro jovens comunistas, que se predispunham a submeter, a destruir o mundo burguês: António Augusto Neves Pinto, Ernesto Pinto Loureiro, João Baptista Pereira e Francisco Esteves Pereira, está a Pátria salva... e as batatas.

Como é natural, os manifestos também foram presos, mas estes, em vez de irem para o Aljube, foram para uma gaveta ousum armária... Sempre há cada susto...

Sindicato Unico da Indústria de Calçado, Couros e Peles. — A sua acção

E' digna de registo a acção desenvolvida pelo Sindicato Unico da Indústria de Calçado, Couros e Peles desta cidade. Este organismo, que conta a sua frente com um excelente grupo de camaradas incansáveis, não se amodora numa quietude de indolência, tornando-se conveniente com os maneios do industrialismo. Ou há de activar, com entusiasmo, a propaganda sindical, esclarecendo o valor intrínseco da organização operária e incitando os membros da indústria que representa a filiarem-se nas suas colectividades profissionais, ou então iniciar e sustentar uma cam-

panha contra a exploração dos industriais, já não permitindo a rebaixa dos salários, já fazendo cumprir os acordos transactos. O Sindicato da Indústria de Calçado, Couros e Peles não olha, porém, somente à sua classe desta cidade: estende, tanto quanto possível, o seu raio de acção a outras terras, reorganizando organismos que se encontram desmantelados. Assim, tendo conhecimento de que em Braga os operários de calçado se encontravam desorganizados, resolveu enviar aquela capital do Minho três delegados, com o fim de tratarem da reorganização do respectivo sindicato, cuidando ao mesmo tempo de acordarem na melhor forma de se impedir que os seus colegas bragueses manufacturem, pelo preço inferior ao da tabela, obra para o Porto.

Para esse fim, efectuou-se uma reunião magna, a que assistiram os ditos três delegados, que fizeram um caloroso apelo para que todos os presentes ingressassem no seu Sindicato de classe, a fim de mais vantajosamente poderem resistir à exploração de que são vítimas por parte da burguesia. Nessa reunião, os delegados do S. U. I. C. C. e Peles desta cidade referiram-se à actual crise de trabalho, uma das causas da desorganização do operário manufactor de calçado de Braga, e a sombra do que os industriais pretendem diminuir o preço da mão de obra, pelo que é necessário urgente que todos saibam repellar, com alvitre, semelhante especulação e afronta. Em nome das camaradas de Braga, fizeram uso da palavra vários oradores daquela terra, os quais também concordaram plenamente com a imprescindibilidade da reorganização rápida do Sindicato, em harmonia do que foi apresentada uma moção, cujas conclusões são as seguintes:

1.º Que nesta assembleia se nomeie uma comissão administrativa, a qual deverá desenvolver a máxima propaganda em prol da organização sindical;

2.º Nomear delegados à União dos Sindicatos;

3.º Todos os operários tomarem o compromisso de não manufacturem calçado por preço inferior ao da tabela.

Esta moção foi aprovada no meio do maior entusiasmo, sendo logo nomeados os camaradas que devem fazer parte da comissão administrativa e U. S. O.

Foi ainda resolvido publicar um manifesto, incitando a classe a ingressar no Sindicato e a não se sujeitar a nenhum abatimento no preço de mão de obra.

Depois de mais algumas palavras dos delegados do Porto, foi encerrada a sessão, a qual deixou as mais gratas impressões nas camaradas de Braga, ficando estes na disposição de tratarem a valer de levantar o seu baluarte profissional, para o que vão realizar reuniões magnas todos os domingos.

Colhido por um caso de azeite

Na sala de observações do banco do hospital de S. José, onde ontem entrou Alfredo António, de 24 anos, natural de Lisboa e residente no Cruzeiro da Ajuda, 18, carroceiro do armazém de Abel Pereira da Fonseca, na rua Cascais, 17, que quando à porta daquele armazém descarregava um caso de azeite, foi colhido por este, ficando muito ferido na mão direita.

Queda duma árvore

Na enfermaria de S. Francisco, faleceu ontem Manuel Fernandes, de 45 anos, jornalista, natural de Lisboa e residente no Beco da Sé, em Pedrouços, que, como noticiamos aqui, no dia 5 último, de uma febre em Caraxide.

A transcendência da Dor

A's 21 horas de hoje, realiza o sr. Abel Castro, estudante de medicina, no Grupo Mocidade Evangélica, rua Angra do Heroísmo, 3, a Estefânia, uma conferência sobre *A transcendência da Dor*. Entrada franca.

Classes Gráficas

Os camaradas inscritos para receberem subsídio, devem comparecer na sede sindical hoje, às 15 horas.

As «bichas» a' porta dos Armazens Reguladores

Sr. redactor. — Noticiaram os jornais que o sr. commissário dos abastecimentos, para obter à exhibição das malfadadas bichas nos Armazens Reguladores, ordenara a distribuição de umas senhas semanais de consumo, medida esta que favorecia o público. De facto, essas senhas tem sido distribuídas, mas o pior a contrariar com a facilidade com que esse serviço é feito — é que as pessoas que necessitam abastecer-se daqueles estabelecimentos do Estado, continuam a sofrer o mal das bichas, porque ali se fornecem os géneros de preferência, a militares e policiaes, dando em resultado os outros ficarem prejudicados.

Um grupo de consumidores

UNIVERSIDADES, ACADEMIAS E ESCOLAS

Instituto Industrial de Lisboa. — Duran e o mês de setembro recebem-se requerimentos para matrículas nos cursos professados no Instituto Industrial de Lisboa, assim como para o exame de admissão ao Instituto para a construção civil, destinado a preparar construtores diplomados. Na secretaria do Instituto Industrial de Lisboa, rua de Buenos Aires, 16, dão-se todos os esclarecimentos.

OS QUE MORREM

FUNERAIS

No cemitério ocidental foram sepultados: António Maria da Costa Viagas, João dos Santos Giral, Celestino dos Santos Nogueira, Joaquim Coimbra das Neves e José Luís.

Queda de uma carroça

No banco do hospital de S. José recebeu curativo António Ferreira, de 67 anos, trabalhador e residente no Campo Grande, 151, que, na Calçada de Carribe caiu de uma carroça ficando ferido na cabeça.

Quem será o fornecedor que assim se alambaca?

LEDE

Impossível redenção

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.

De A Monarquia:

Numa das últimas ordens do comando geral G. N. R. foi tornado obrigatório o uso de polainas aos soldados de infantaria em serviço na mesma Guarda.

Cada par de polainas custa aos soldados 18000 reis os quais são descontados no pret.

Conta que o fornecedor ganha em cada par de polainas que multiplicado por 12000 para a total monta o número de infantaria de G. N. R. prefaz a módica quantia de 60.000000. E' comenquante o tempo.